

Nº	Tema abordado	Proposta	Deliberação
001	Políticas relacionadas a inclusão	Meta para a instituição: Implementar políticas e ações de atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.	Aprovada
002	Criação de Núcleos de Estudo	Meta para a instituição: Criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e outras minorias.	Aprovada
003	Currículo	Garantir a manutenção das disciplinas e conteúdos sobre a diversidade étnico-racial, composição populacional brasileira e suas formas de produção de saberes.	Aprovada
004	Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	O IFG, em um prazo de um ano, aprovará uma inclusão no Regulamento Acadêmico de definições e regras específicas para o cumprimento da dependência	Aprovada
005	Processo de Avaliação dos Cursos	Acompanhamento e divulgação da avaliação dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica pelo SISTEC e Plataforma Nilo Peçanha, (que acompanha o fluxo de matrículas de turmas e alunos em todos os níveis e modalidades de ensino na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) em conjunto com o censo da educação básica (Educacenso) e Ideb - Índice de	Reprovada

		Desenvolvimento da Educação Básica,(Prova Brasil), PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) -Avaliação institucional dos cursos superiores realizada por meio da CPA e/ou outros instrumentos locais específicos. - Avaliação Externa/INEP.	
006	Proposta de flexibilização dos componentes curriculares	Regulamentação do aproveitamento de estudos e conhecimento anteriores para todas as modalidades de ensino, por meio de exames de proficiência e comprovação específica.	Reprovada
007	Curricularização da extensão	Implementar a curricularização da extensão nos cursos de licenciatura do IFG, conforme Meta do PNE, visando a melhoria da educação básica por meio de articulação interinstitucional com o poder público estadual e municipal com o desenvolvimento de pelo menos um projeto de extensão por curso até 2021.	Aprovada
008		Buscar a implementação da curricularização da extensão nos cursos técnicos e de bacharelados, conforme Meta do PNE, com o desenvolvimento de pelo menos um projeto de extensão por curso, voltadas para o atendimento de demandas de grupos sociais em estado de vulnerabilidade social, articulando, dentre outros, projetos integradores de ensino e pesquisa, estágios e eventos.	Aprovada
009		Estabelecimento de um percentual mínimo de 10% de créditos curriculares no PPC a serem cumpridos por meio da participação do aluno na realização de projetos e programas de extensão.	Reprovada.
010	Curricularização da extensão	P. 40 - Incluir: Para a curricularização da extensão no IFG, a	1- Aprovado;

	<p>instituição se propõe a:</p> <ol style="list-style-type: none">1 – Promover a formação inicial e continuada do extensionista, como ação permanente;2 – Estabelecer debate sobre os conceitos, documentos orientadores e legislação da política de extensão e da sua curricularização, no primeiro ano de vigência do PDI;3 – Estabelecer, em até dois anos, as Diretrizes Institucionais para a Curricularização da Extensão no IFG;4 – Promover as devidas alterações e adequações nos PPCs, à luz das Diretrizes Institucionais para a Curricularização da Extensão no IFG, e em atendimento à Lei nº 13.005/2014, de modo a incorporar atividades de extensão às matrizes curriculares de todos os cursos ofertados no IFG, até o terceiro quarto ano de vigência do PDI sob a responsabilidade do NDE e colegiado do curso;5 – Estabelecer as diretrizes e estratégias para a implantação dos núcleos de extensão até a metade do primeiro ano de vigência do PDI;6 – Implementar ao menos um núcleo de extensão em cada campus, até o segundo ano de vigência do PDI;7 – Formular as diretrizes e as ferramentas para o acompanhamento e avaliação das Ações de Extensão, até o segundo ano de vigência do PDI;8 – Realizar mapeamento local das demandas de ações de extensão,	<p>2- Aprovado;</p> <p>3- Aprovado;</p> <p>4- Aprovado com alteração do texto;</p> <p>5- Encaminhada para a plenária pdi no tópico de extensão;</p> <p>6- Idem;</p> <p>7- Idem;</p> <p>8- Idem;</p> <p>9- Idem.</p>
--	--	---

		no primeiro ano de vigência do PDI; 9 – Elaborar Plano Estratégico Local das Ações de Extensão, em cada câmpus, até a metade do segundo ano de vigência do PDI.	
011	Curricularização da Extensão	<p>1) Formação de comissão de trabalho institucional, com presença de pelo menos um representante por Câmpus e da Reitoria;</p> <p>2) Mapeamento de todos os programas e projetos de extensão em vigor em todos os Câmpus, visando ao estreitamento com as demandas latentes da comunidade local;</p> <p>3) Estabelecimento de plano de ação com foco na sensibilização, na revisão/criação de programas e projetos de extensão e na revisão dos PPCs de todos os cursos de graduação da instituição.</p> <p>Para a proposta em questão, faz-se necessário estabelecer as seguintes metas:</p> <p>1) Finalização da fase de estudos e planejamento até 2019/1 2019/2;</p> <p>2) Entrada em operação dos programas e projetos de extensão com orientação para o atendimento da curricularização da extensão até 2020/1 2021/2;</p> <p>3) Revisão dos PPCs de pelo menos 70% dos cursos de graduação em cada Câmpus até 2020/1 2021/2.</p>	<p>1- Aprovado.</p> <p>2- Aprovado.</p> <p>3- Aprovado.</p>
012	Aproveitamento de disciplinas	Alteração do regime de aproveitamento de disciplinas dos cursos superiores de outras instituições: que seja aproveitado até 20% apenas das disciplinas cursadas em outras instituições.	Reprovada

013	Metodologia pedagógica	Elaborar regulamentação que implique no aumento das aulas práticas das matérias técnicas.	Reprovada.
014	Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas	Elaborar um Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas que contemple: 1. Oferecer, anualmente, formação voltada para uso pedagógico de TDIC; 2. Buscar parcerias com municípios onde não há escolas de educação profissional para oferta de cursos a distância para além das mediações de onde se localizam os câmpus do IFG. 3. Verificar se há oferta anual de formação em TDIC pela EaD; 4. Verificar, a cada ano a contar de 2018/2, se acrescenta parcerias com municípios periféricos.	Rerovada
015	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	1. Criação de tempos e espaços formativos com discussão teórica e metodológica sobre a EAD. 2. As ofertas de Cursos na modalidade a Distância deverão ser amplamente discutidas como toda comunidade acadêmica; 3. A oferta da educação a distância no âmbito do Instituto Federal de Goiás deve garantir a democratização do ensino preferencialmente nas regiões onde não há oferta de ensino presencial; 4. A oferta de cursos de Educação a Distância deverá observar a legislação nacional e institucional;	1- Aprovada; 2- Aprovada; 3- Aprovada; 4- Aprovada; 5- Reprovada; 6- Aprovada.

		<p>5. Os cursos ofertados deverão estar inseridos nos eixos tecnológicos de atuação do Câmpus.</p> <p>6. Garantir infraestrutura física, tecnológica, pedagógica, disponibilidade de carga horária docente e administrativa para oferta EAD.</p>	
016	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Diretriz para o regulamento de EAD: que a implementação de EAD nos cursos do IFG ocorra mediante discussão junto ao NDE/Colegiado do curso.	Reprovada.
017	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Garantir infraestrutura tecnológica e recursos didático-pedagógico para a implantação e manutenção da EaD.	Aprovada.
018	EAD / UAB	Cadastramento e oferta de cursos junto a Universidade Aberta do Brasil (UAB);	Aprovada.
019	Flexibilização dos componentes curriculares EAD 20%	Regulamentação e implementação dos 20% da CH nos cursos presenciais em EAD;	Reprovada.
020	EAD 20% Metas da Instituição	Possibilitar a implantação da modalidade de Educação a Distância de forma complementar na graduação e nos curso técnicos na modalidade EJA, com no máximo 20% da carga horária total dos cursos presenciais reconhecidos pelo MEC e na pós-graduação como atividade da Instituição	Reprovada.
021	Flexibilização dos componentes curriculares EAD	Proporcionar disciplinas a distância (cujo índice de retenção seja alto), via reitoria, para alunos repetentes de todos os campi.	Reprovada.

022	Proposta de flexibilização dos componentes curriculares	Prover a certificação intermediária aos estudantes dos Cursos da Modalidade EJA, conforme PPC do curso.	Aprovada.
023	Oferta EJA	Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade EJA com previsão da possibilidade de Certificação intermediária (PROEJA-FIC), contemplando as áreas e o perfil de atuação dos Campus	Contemplada pela anterior. (prejudicada)
024	Oferta de atividades extracurriculares	Oferta de aulas extras, mini cursos on line para preparação para os vestibulares. Propostas (02) na íntegra: Os Institutos poderiam oferecer mini cursos online para preparação para os vestibulares (EX:ENEM, FUVEST, etc). Aulas extras voltadas ao Enem Minha proposta é que possamos ter mais aulas optativas para nos ajudar em relação ao Enem, por exemplo, ter aulas extras pautando redação que é um dos temas que mais causa tensão entre os alunos.	Reprovada.
025	Estágio	1. Migrar a Cosie da Gepex/Proex para DAA/Proen. 2. O estágio curricular para alunos da Eja não será obrigatório, ou seja, não constituirá impedimento para integralização do curso, mas incentivado. 3. Revisão e atualização do regulamento vigente de estágio.	1 e 2- Prejudicadas 3- Aprovada.

026	Estágio	Adequar os regulamentos de estágio de tal forma que a sua não realização inviabilize a certificação de ensino médio.	Reprovada.
027	PPC / Plano de atendimento às diretrizes pedagógicas	Alteração dos PPC dos Cursos Técnicos Integrados, garantindo que práticas de ensino, profissionais, de pesquisa, extensão ou extracurriculares possam preencher e serem consideradas em substituição ao estágio obrigatório.	Reprovada
028	Estágio	Construção de uma normativa, portaria, nota técnica ou qualquer legislação que Incluir no regulamento de estágio a atenção as especificidades do estágio em cursos na área da saúde.	Aprovada
029		Enquanto componente pedagógico, o estágio deve ser desligado da GEPEX e ligado ao DAA, dando a ele um caráter acadêmico e não meramente administrativo.	Superada (Reprovada)
030		Revisão do regulamento do estágio do IFG, com o objetivo de regulamentar as condições e procedimentos para o encaminhamento de estudantes do IFG para a realização de estágio curricular e com o objetivo de deslocar o estágio para a área de ensino, ficando suas demandas sob a responsabilidade do Departamento de Áreas Acadêmicas.	Superada (Reprovada)
031		Necessidade de que seja constituído Constituir um regulamento próprio para o estágio das licenciaturas, sendo este acompanhado pela PROEN e departamentos de áreas acadêmicas dos campus.	Aprovada.

032	Currículo Integrado	Fortalecimento da formação profissional integrada às atividades de Pesquisa e Extensão, dotando os estudantes de um olhar crítico e possibilitando a troca de experiências e a intervenção junto a realidade local;	Superada (Rejeitada).
033	Oferta da Educação à distância, formas de oferta, Polos de Apoio Presencial	Oferecer cursos de formação continuada, no regime institucional com os cursos subsequente e(separar) continuada, com as especializações Lato Sensu e cursos Fic, com o objetivo atender à demanda regional identificada por meio das parcerias com instituições públicas de educação, tais como as prefeituras e a Secretaria de Educação do Estado de Goiás.	Reprovada.
034	Apresentação de oportunidades diferenciadas de integralização do curso	Incentivo a oferta de projetos diferenciados de Pesquisa, Ensino e ou Extensão que promovam a formação do aluno numa perspectiva crítica relacionados direta ou indiretamente ao eixo tecnológico	Reprovada.
035	Acompanhamento do discente	Criação de mecanismo de acompanhamento dos alunos cotistas de forma conjunta e sistemática por vários setores do campus: CAE, CAPED, Coordenações de Curso, Cppir e registrados dados socioeconômicos e étnico-raciais no momento da matrícula, alimentando o sistema acadêmico com esses dados, de forma que gere relatórios disponíveis às equipes que farão esse acompanhamento.	Aprovada.
036	Áreas de atuação acadêmica	A fim de facilitar o atendimento à comunidade e incentivar as iniciativas de seus servidores técnicos e docentes, O IFG se	Prejudicada.

		compromete em tornar menos burocrático o reconhecimento e a realização de projetos, eventos e ações de ensino, pesquisa e extensão	
037	Trabalho Docente	Valorizar a participação em eventos científicos considerando esta atividade como cumprimento da carga horária do servidor e facultando a este a reposição das atividades docentes de forma não presencial.	Prejudicada.
038	Organização didático-pedagógica da instituição	Contemplar atividades culturais, sociais e artísticas de acordo com o perfil dos cursos. Em casos omissos, verificar as possibilidades previstas em cada PPC de Curso com autorização dos coordenadores de curso e área acadêmica dos campus.	Reprovada (Prejudicada)
039	Capacitação Técnico-Pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino	Assegurar nos PPCs dos cursos de licenciatura, Ofertar capacitação técnica pedagógica aos docentes profissionais da educação das redes públicas de ensino por meio de diálogo e parcerias permanente com as diferentes redes de ensino, projetos de extensão, programas e projetos de iniciação à docência, parcerias entre IFG e as escolas campo de estágio das licenciaturas, dentre outros.	Aprovada com modificação.
040	Formação continuada de servidores	Criar e implementar programa regular de formação continuada de servidores em questões de ordem didática pedagógica.	Aprovada com modificação .
041	Formação continuada de servidores	1. Promover, semestralmente, anualmente, oportunidade de formação continuada em serviço aos professores servidores com previsão em sua jornada de trabalho.	1 - Aprovada com modificação.

		<p>2. Oferecer aos servidores do IFG Aos professores e demais servidores ingressantes no IFG, antes ao entrar em exercício, oferecer, semestralmente, programas de formação pedagógica, com obrigatoriedade de participação do ingressante.</p> <p>3. Promover, anualmente, fóruns e eventos institucionais que garantam a amplitude de discussão em torno da formação profissionalizante e da formação de professores.</p>	<p>2 - Aprovada com modificação.</p> <p>3- Aprovada</p>
042		<p>Criação de política de Formação Continuada para os docentes os servidores, prioritariamente àqueles que não têm Licenciatura.</p>	<p>Aprovada com modificação</p>
043		<p>Formação continuada: que seja feito Realizar um levantamento anual pela Pró-Reitoria de Ensino sobre as necessidades formativas para o corpo docente do IFG e, com base nisso, sejam propostos cursos de formação que atendam as necessidades apresentadas (de preferência que os próprios professores, colegiado, NDE etc. apontem as necessidades formativas).</p>	<p>Aprovada com modificação</p>
044		<p>Garantir complementação didático-pedagógica anual a todos os docentes, prioritariamente àqueles que não têm Licenciatura.</p>	<p>Aprovada com modificação</p>
045		<p>Retirar o programa de iniciação à Docência do PDI Pesquisa e incluir no PDI Ensino, pois este programa está sob a responsabilidade da PROEN desde 2014.</p>	<p>Aprovada</p>

046	Formação continuada de servidores	Ofertar capacitação aos servidores para formação pedagógica em educação profissional.	Aprovada com modificação
047	Políticas de afastamento docente para capacitação	Na página 95, sugerimos uma descrição mais completa sobre os programas Minter e Dinter dentro do IFG. Definir mais claramente os requisitos básicos para o afastamento docente, como: compatibilidade de área e curso, qualificação do programa de pós-graduação pretendido e outros. Incluir as políticas de afastamento para pós- doutoramento.	Reprovada
048	Formação continuada de servidores	Institucionalização de um Programa de Formação Pedagógica Continuada para Professores/as do IFG: cursos modulares ofertados com regularidade.	Reprovada (Contemplada na proposta 40)
049	Metas da Instituição	Ampliação de agenda das reuniões pedagógicas;	Reprovada
050	Funcionamento dos câmpus	Uma vez que a instituição deve levar em conta as especificidades de cada campus e proporcionar a eles condições para melhor atender a sua comunidade, os campi terão autonomia para definir os horários dos seus turnos letivos para se adequar às peculiaridades locais, levando em consideração problemas que podem tornar determinado horário impeditivo ou muito difícil para uma considerável parte de estudantes”	Reprovada (prejudicada)
051	Políticas relacionadas a inclusão	Criação de capacitações aos servidores docentes e técnicos para que auxiliem no trabalho cotidiano com o atendimento das necessidades	Aprovada com

		educacionais específicas e para a elaboração de adaptação curricular.	modificações
052		Regulamentar Criar instrução normativa específica a natureza e as finalidades de Terminalidade Específica.	Aprovada com modificações
053		As ações de extensão precisam contemplar razoáveis adaptações, para atender às características dos estudantes e da comunidade com necessidades específicas e garantir o pleno acesso ao currículo em condições de equidade, promovendo a conquista e o exercício de autonomia desses sujeitos. Conforme respaldo legal, e para contemplar de forma mais eficiente possível esse público, há o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Esse setor poderá orientar os melhores recursos e caminhos a serem adotados para contemplar esse público. Todo esse trabalho de atendimento às pessoas com necessidades específicas encontra-se embasado em leis, tais como: Lei nº 13.146/2015; Lei nº 1.048/2000; Lei nº 10.098/2002; Lei nº 10.436/2002; Decreto nº 3.298/1999; Decreto nº 5.662/2005, dentre outras normas.	Aprovada (encaminhada para eixo de extensão da plenária PDI)
054		O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) está sendo criado diante da necessidade e se promover a inclusão escolar por meio da educação inclusiva desenvolvida por ações de ensino, pesquisa e extensão, no IFG.	Reprovada (contemplada no PPPI)

055	Apresentação de oportunidades diferenciadas de integralização do curso	Incentivar à oferta de projetos integradores ou disciplinas integradoras previstas nos PPCs visando a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento	Aprovada com modificações.
056	Formas de acesso	1- Criação de um Grupo Institucional Permanente de Estudos sobre Currículo Integrado que problematize a educação integrada, no sentido de fomento desta temática com os/as professores/as servidores e as coordenações de curso. 2- Chamada presencial nos processos seletivos para cursos técnicos integrados integrais e cursos superiores ao fim de duas chamadas públicas para matrícula	1- Aprovada com modificações. 2 - Reprovada.
057	Integração do Currículo	Proposta referente à temática — Currículo integrado. Criar tempos/espacos sistematizados de planejamento coletivo, de forma a propiciar a construção de projetos integradores e atividades interdisciplinares. Possibilidade de planejamento de Visitas Técnicas planejadas e executadas de forma coletiva.	Aprovada com modificação.
058		Elaborar e implementar de diretrizes gerais que orientem o trabalho pedagógico com o currículo integrado. No PDI, há somente orientações em termos de forma, há necessidade de orientações em termos de conteúdo da proposta de educação integrada	Aprovada com modificação.
059	Integração do Currículo	Programação de um calendário institucional com momentos de compartilhamento de experiências exitosas em que o currículo seja trabalhado de forma integrada.	Aprovada com modificações.

		Garantir no calendário institucional eventos de compartilhamento de experiências exitosas em que o currículo seja trabalhado de forma integrada, como por exemplo o Integra.	
060	Calendário de institucional	<p>Programação de um calendário institucional com momentos de compartilhamento de experiências exitosas</p> <p>Programação de um calendário institucional que contemple datas comemorativas importantes para a Educação, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dia Internacional da Mulher – 8 de março; • Dia Nacional de Combate ao <i>Bullying</i> e à Violência na Escola – 7 de abril; • Semana de Educação para a Vida – 27 de julho; • Semana Nacional do Meio Ambiente – 1º de junho; • Dia Nacional do Meio Ambiente – 5 de junho; • Dia Nacional do Cerrado – 11 de setembro; • Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência – 21 de setembro; • Dia Nacional da Leitura – 12 de outubro; 	Aprovada com modificações

		<ul style="list-style-type: none"> • Dia Nacional da Consciência Negra – 20 de novembro; • Entre outras. 	
061	Integração do Currículo	Elaboração de diretrizes para a atuação didático-pedagógica no sentido da educação integrada.	Reprovada (Contemplada pela 58)
062	Evento Institucional	Realizar, ao menos uma vez por bimestre, encontros entre os professores do ensino médio que partilham da mesma turma para planejamento coletivo de atividades de ensino, monitoramento da aprendizagem dos estudantes e a elaboração de intervenções;	Reprovada
063	Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	Criar fóruns virtuais de diálogo pedagógico para servir de apoio aos encontros previstos no item 3.	Reprovada (prejudicada)
064	Matriz curricular	Um número considerável de propostas (23) apresentadas pelos discentes, sugere a flexibilização da carga horária das diferentes disciplinas do Núcleo Básico nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Há, em âmbito geral, a percepção de que a carga horária de disciplinas como Matemática, Química e Física, é insuficiente para a formação do aluno em vários aspectos: (i) como pré-requisitos para algumas disciplinas do núcleo profissionalizante; (ii) para a formação no Ensino Médio e rendimento satisfatório no ENEM e (iii) como pré-requisitos ou conhecimentos prévios para a formação superior, especialmente em cursos da área de Ciências Exatas e da Terra.As	Reprovada (Prejudicada)

		matérias de exatas tais como Matemática, Física e Química possui uma reduzida carga horária levando em consideração o seu peso em processos seletivos para o Ensino Superior, como Enem e demais vestibulares. É perceptível o deficit de tempo para aprender tais conteúdos, principalmente em Matemática que possui uma carga horária extremamente reduzida principalmente no segundo e terceiro anos dos Cursos Técnicos Integrados.	
065	Ações institucionais de Internacionalização	Desenvolver ações e/ou regulamentações que garantam que os estudos realizados no exterior possam ter reconhecimento institucional nos mais diferentes níveis e modalidades de ensino. Elaborar regulamentação de reconhecimento institucional dos estudos realizados no exterior nos mais diferentes níveis e modalidades de ensino.	Aprovada com alteração
066	Apresentação de oportunidades diferenciadas de integralização do curso)	Incentivar a atividades de intercâmbio e de integração com outros câmpus ou outras instituições nacionais ou estrangeiras que promovam a interação dos alunos com outras realidades	Aprovada.
067	Mecanismos de acesso	Realizar convênios com as secretarias municipais e estaduais de educação com vistas a disponibilizar até 20% de vagas extras em cada curso de licenciatura para os docentes que atuam nas redes públicas de ensino, com edital de seleção próprio.	Aprovada.
068	Mobilidade Acadêmica	Mobilidade acadêmica: a proposta é que o IFG firme convênios com instituições próximas (IF Goiano, UFG, UEG, IFB, UnB) de modo que os estudantes possam cursar disciplinas e aproveitá-las em seu	Aprovada com modificações.

		<p>curso, (estabelecendo-se um limite da porcentagem que poderá ser aproveitada).</p> <p>Fomentar e ampliar convênios com instituições regionais de modo que os estudantes possam cursar disciplinas e aproveitá-las em seu curso.</p>	
069	Metas do IFG	<p>Meta para a instituição:</p> <p>Alcance da relação de 15 alunos, regularmente matriculados nos cursos presenciais, por professor.</p>	Reprovada
070	Plano de Oferta de Cursos do Câmpus (POCC)	<p>O PDI deve conter:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos. 2. Cronograma de implantação e desenvolvimento dos cursos do IFG. <p>O Plano de Oferta de Cursos do Câmpus (POCC) deverá contemplar toda a previsão de cursos regulares para o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional, e deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Curso Modalidade Eixo Tecnológico (onde se aplicar); 2. Quantidade de alunos no ingresso; 3. Quantidade de ingressos por ano; 4. Ano de Implantação; 5. Necessidade de ampliação da força de trabalho docente da unidade ao fim do ciclo do curso proposto; 6. Necessidade de ampliação da força de trabalho Técnico 	Aprovada com modificações

		<p>Administrativa da unidade ao fim do ciclo do curso proposto;</p> <p>7. Levantamento prévio de investimento financeiro em equipamentos e material permanente;</p> <p>Na construção de seus Planos de Oferta de Cursos do Câmpus as Unidades deverão atender à todas as diretrizes apresentadas nos documentos institucionais, e somente poderão propor cursos em que:</p> <ol style="list-style-type: none">1. A eventual necessidade de ampliação da força de trabalho (docente e técnico administrativa) não ultrapasse o quantitativo estabelecido para o Câmpus na Portaria MEC 246 de 15 de abril de 2016, publicada no DOU de 11/05/2016;2. A eventual necessidade de investimento financeiro em equipamentos e material permanente seja coerente com as condições da unidade;3. No caso de proposição de criação de cursos superiores de pós graduação, estes somente poderão ser propostos se atuarem em Eixos Tecnológicos que já contem com a oferta de Curso Superior no Câmpus. Os Planos de Oferta de Cursos do Câmpus deverão trazer ainda a eventual previsão de extinção de cursos atualmente ofertados, indicando:<ol style="list-style-type: none">1. Curso;2. Modalidade;3. Eixo Tecnológico (onde se aplicar);4. Quantidade de alunos ativos em 2018/1-2019/1;5. Ano de Implantação;	
--	--	---	--

		<p>6. Ano de Interrupção do processo seletivo;</p> <p>7. Descrição dos motivos que levaram o colegiado a decidir pela extinção do curso.</p> <p>Os Planos de Oferta de Cursos do Câmpus deverão ser encaminhados à Pró Reitoria de Ensino e ao Observatório do Mundo do Trabalho, que deverão apensar parecer opinativo ao plano encaminhado.</p> <p>Todos os Câmpus deverão apresentar seus POCC até novembro de 2018 2019 contemplando todo o período de vigência do PDI IFG</p> <p>Os Planos de Oferta de Cursos do Câmpus e os respectivos pareceres serão apensados ao PDI/IFG até abril de 2019 2020.</p>	
071	Plano de Oferta de Cursos do Câmpus (POCC)	<p>Nos processos de abertura, fechamento e oferta de novas vagas nos cursos deverão considerar a demanda regional e ser respeitados os seguintes procedimentos:</p> <p>NOVOS CURSOS E EXTINÇÃO DE CURSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação pelo Colegiado de Áreas Acadêmicas da viabilidade da oferta a ser apresentada por uma área ou coordenação, considerando prioritariamente a perspectiva da verticalização e Eixo Estruturante do câmpus; - Realização de Estudo diagnóstico pelo Observatório Mundo do Trabalho ou Comissão local criada pelo CONCÂMPUS;(análise de infraestrutura, força de trabalho) - Análise e aprovação do Projeto pelo CONSELHO DEPARTAMENTAL; 	Aprovada

		- Análise e aprovação do Projeto pelo CONCÂMPUS.	
072	Plano de Oferta de Cursos do Câmpus (POCC)	<p>Nos processos de abertura, fechamento e oferta de novas vagas nos cursos deverão considerar a demanda regional e ser respeitados os seguintes procedimentos:-</p> <p>AMPLIAÇÃO DE NOVAS VAGAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação pelo Colegiado de Áreas Acadêmicas da viabilidade da oferta a ser apresentada por uma área ou coordenação; - Avaliação e aprovação do número de vagas pelo CONSELHO DEPARTAMENTAL considerando as condições didático-pedagógicas, força de trabalho e de infraestrutura pelo CONCÂMPUS do câmpus. - Avaliação e aprovação da ampliação do número de vagas pelo CONCÂMPUS. 	Aprovada com modificações
073	Plano de Oferta de Cursos do Câmpus (POCC)	Oferecer no regime institucional cursos subsequente(técnicos) atendendo à demanda regional identificada por meio das parcerias com instituições de educação públicas e com organizações da sociedade civil do mundo do trabalho.	Aprovada com modificações
074	EAD	A oferta de cursos deve buscar a abrangência regional, tendo os câmpus do IFG como polos presenciais. A coordenação dos cursos estará localizada no câmpus proponente do projeto, com tutores presenciais junto aos polos ofertantes;	Aprovada
075	Plano de Oferta de Cursos do	Oferta de cursos e atividades diferenciadas de integralização do	Reprovada

	Câmpus (POCC)	curso que favoreçam ao aluno a necessidade de especialização na área, por meio de cursos superiores e de especialização <i>Latu e stricto sensu</i> .	
076	Apresentação de oportunidades diferenciadas de integralização do curso	Os planos de curso deverão ser mais claros e objetivos no que diz respeito às atividades de integralização do curso que são complementares ao seu currículo, de forma que os estudantes possam ter mais oportunidades e liberdade na busca de complementações, bem como na necessidade de oferta de tais atividades pelo campus através do departamento e coordenação do respectivo curso.	Reprovada
077	Apresentação de oportunidades diferenciadas de integralização do curso	Incentivo a oferta regular semestral de Práticas como Componentes Curriculares aos estudantes de cursos de licenciatura, de forma que possam cumprir a carga horária exigida de acordo com as resoluções específicas dentro do tempo previsto para a integralização do seu curso previsto no seu PPC.	Reprovada.
078	Regulamentação de cursos	Elaboração e efetivação de regulamento próprio dos cursos em nível médio na modalidade de tempo integral, respeitando as demandas específicas de cada modalidade de ensino; Elaboração e efetivação de regulamento dos cursos de nível médio integrado em tempo integral;	Aprovada com modificações.
079	Plano de Oferta de Cursos do	A criação e extinção de cursos serão decididas pela comunidade	Reprovada

	Câmpus (POCC)	acadêmica do respectivo câmpus a partir de estudos que demonstrem, para o caso de criação, a viabilidade com respeito à estrutura física e à carga horária dos docentes e, para o caso de extinção, a permanência, o êxito e a demanda existentes em relação ao curso a ser extinto	(Contemplada)
080	Plano de Permanência e êxito	Permanência e êxito: a proposta é que Realizar semestralmente seja feito um levantamento entre os estudantes dos cursos superiores de suas principais dificuldades com relação à permanência e êxito nos cursos.	Aprovada com modificação
081	Plano de Permanência e Êxito	Realização do Plano de Permanência e Êxito Anual por unidade como ferramenta para a avaliação do atendimento das demandas identificadas junto à comunidade acadêmica.	Aprovada.
082	Complementação da formação acadêmica	Complementação da formação acadêmica por meio da implementação, execução e avaliação de programas que visam à ampliação do acesso e da permanência dos/as estudantes, tal como: monitoria, estágio, programas de iniciação científica e extensão. Ampliar a complementação da formação acadêmica por meio da implementação, execução e avaliação de programas que visam à permanência e êxito dos/as estudantes, tais como: monitoria, estágio, programas de iniciação científica e extensão.	Aprovada com modificações
083	Plano de Permanência e Êxito	Criar plano institucional anual de monitoramento da evasão e de intervenções para a permanência e êxito	Aprovada com modificações.

084	Introdução do documento	Analisar a trajetória histórica recente em que essa formação integrada está vinculada ao trabalho como princípio educativo e se foi realizada.	Reprovada.
085	Introdução do documento	Reforçar a importância da formação integrada pautada no trabalho como princípio educativo.	Reprovada (contemplada no estatuto e no PPPI)
086	Apresentação de oportunidades diferenciadas de integralização do curso	Ampliação da oferta de atividades complementares que oportunizem a formação crítica do estudante ao mundo do trabalho e às demandas locais.	Reprovada.
087	Metas da Instituição	Criação do PPP (Projeto Político Pedagógico) de cada câmpus com vistas a contemplar a as especificidades de cada localidade.	Reprovada.
088	Organização didático-pedagógica da instituição	Criar regulamentação de disciplinas de verão/inverno para estudantes de cursos semestrais	(contemplada na 89)
089	Apresentação de oportunidades diferenciadas de integralização do curso	Incentivo a oferta de disciplinas dos cursos de graduação em período letivo especial (verão ou inverno), não concomitante ao semestre letivo regular, visando oportunizar os alunos a integralização no tempo previsto pela resolução bem como a aceleração de estudos para a integralização em tempo mínimo previsto Regulamentar a oferta de disciplinas dos cursos semestrais em	Aprovada com modificações.

		período letivo especial (verão ou inverno), não concomitante ao semestre letivo regular.	
090	Apresentação de oportunidades diferenciadas de integralização do curso	Quanto à oferta de disciplinas em período letivo especial, a Reitoria, por meio da Pró-reitoria de Ensino, deverá prever em resolução: cronograma, carga horária mínima e máxima semanal, inserção no sistema Q-acadêmico e demais especificidades da oferta.	Reprovada.
091	Regulamento discente	Reformulação do regulamento discente com ampla participação paritária dos diferentes segmentos da instituição e que haja um momento para consulta aos pais.	Reprovada.
092	Assistência ao estudante	Estabelecimento de um Programa Família na Escola	Reprovada.
093	Organização didático-pedagógica da instituição	Recomenda-se que seja regulamentado Regulamentar o funcionamento do colegiado de curso.	Aprovada com modificação.
094	Inclusão de tema nos PPC's	Incluir nos PPC projetos e programas de Educação alimentar e Nutricional no processo de ensino aprendizagem. Incluir nos PPC transversalmente a discussão de Educação alimentar e Nutricional no processo de ensino aprendizagem.	Aprovada com modificações
136 (propost)	2.4. Inovações significativas no âmbito da flexibilização dos componentes curriculares e	1 - Criação de procedimentos relativo a mobilidade acadêmica internacional que considere o aproveitamento de disciplinas cursadas no exterior de forma inovadora, apoiando a construção da	1- Aprovada com modificação no

<p>a encamin hada do PPPI)</p>	<p>oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos</p>	<p>política de internacionalização do IFG e suas iniciativas. 2 - Adoção de medidas para promover a dupla diplomação de cursos do IFG.</p>	<p>texto 2- Aprovada</p>
<p>225 (propost a encamin hada do PPPI)</p>	<p>5.1. Formas de acesso</p>	<p>Para os cursos Técnicos Subsequentes e EJA adotar-se-á também entrevista no processo seletivo.</p>	<p>Aprovada com modificação no texto</p>
<p>239 (Propost a encamin hada do PPPI)</p>	<p>5.2. Programas de apoio pedagógico e financeiro e estímulos à permanência na Instituição.</p>	<p>1 - Pensar as ações levando em consideração níveis e modalidades de ensino. 1 – Ampliação do auxílio alimentação para alunos da graduação que necessitarem deste auxílio para a sua permanência com êxito na instituição. GTTG Gestão 2 – Levando em consideração as dificuldades de aprendizagem dos alunos nos diferentes níveis e modalidades, propor projetos de ensino que atendam às suas necessidades. GTTG Ensino 3 – Formação de uma comissão permanente de acompanhamento dos alunos ingressantes. GTTG Ensino 4 – Reformular carga horária dos cursos, no sentido de abrir espaços</p>	<p>2- Aprovada 3- Reprovada (contemplada no estatuto) 4- Reprovada 5 – Aprovada (indicar a construção de uma resolução da lenária)</p>

	<p>para desenvolvimento de outras ações pedagógicas. GTTG Ensino</p> <p>5 – Levar as propostas do plano estratégico de permanência e êxito da instituição para configurar no PDI. GTTG Ensino</p> <p>6 – Reservar cota específica para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica do campus nos programas de bolsa ou estágio remunerados não obrigatório. GTTG Ensino</p> <p>7 – Viabilizar a implantação de cantinas e uma xerocopiadora para atendimento dos alunos e trabalhadores do IFG. GTTG Gestão</p>	<p>6- Aprovada com modificação.</p>
--	---	--